ESTADO DE MINAS

Publicado em 24/05/2024 - 05:55

Proposta de reajuste pronta para votação

REAJUSTE DE 3,62% PARA SERVIDOR PRONTO PARA VOTAÇÃO NO PLENÁRIO

Projeto de lei é aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e já pode ser analisado na semana que vem, mas oposição e funcionalismo resistem

BERNARDO ESTILLAC

BERNARDO ESTILLAC/EM.D.A.PRESS

SERVIDORES ESTADUAIS FIZERAM NOVO PROTESTO ONTEM CONTRA O AUMENTO PROPOSTO PELO GOVERNO ZEMA

A proposta de reajuste salarial do governo Romeu Zema (Novo) para o funcionalismo público foi aprovada ontem na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) e está pronta para ser votada em primeiro turno no plenário da Assembleia Legislativa. O Projeto de Lei (PL) 2.309/2024 concede reajuste de 3,62%, retroativo a janeiro deste ano.

A tramitação tem sido marcada por protestos de servidores dentro e fora da Assembleia desde que a matéria chegou ao Parlamento, na semana passada. O avanço foi lento nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Administração Pública (APU) até chegar à FFO e ser liberada para votação.

A expectativa é de que vá ao plenário na semana que vem. Parlamentares da oposição pretendem apresentar emendas ao projeto, o que implicaria no retorno às comissões. Mesmo deputados da base governista reclamam de diálogo com o Executivo sobre possível revisão do percentual. Só na APU, 16 propostas de emendas ao projeto foram apresentadas e rejeitadas com o aval do relator, deputado Roberto Andrade (PRD), da base.

Segundo o Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação de Minas Gerais (Sinfazfisco-MG), a inflação acumulada em 2022 e 2023, período ao qual se refere o projeto, foi de 10,67%. Desta forma, o reajuste cobre apenas cerca de um terço das perdas inflacionárias.

O projeto de reajuste, mesmo podendo ser pautado em plenário, não deve ser votado imediatamente. A deputada Beatriz Cerqueira (PT) já anunciou que a oposição apresentará emendas, o obriga o retorno do projeto à FFO e dá aos deputados mais tempo para tentar negociar reajuste maior. Apesar das críticas à falta de diálogo com o Executivo, a petista se mostra confiante no sucesso das próximas ações no Legislativo.

"Estamos trabalhando, debatendo e questionando as contradições do governo desde a primeira comissão. Foram três comissões e o projeto nunca foi votado na primeira vez em que foi pautado. Já estamos há um tempo apresentando argumentos e questionando o governo e ninguém responde. Eu mesmo já trouxe informações do orçamento da educação, porque tem dinheiro em caixa, mas ninguém responde. Então, nossa expectativa é ter um resultado melhor do que esse apresentado pelo governo", disse à reportagem.

Durante sessão na FFO, o líder do governo, João Magalhães (MDB), falou sobre propostas similares do governo. "Vamos tramitar os projetos sem atropelo. Só vai tramitar o Ipsemg (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais) depois de tramitar a revisão geral. E só vamos tramitar o IPSM (Instituto de Previdência dos Servidores Militares) depois do Ipsemg, porque teremos tempo para fazer correções e analisar as emendas sem atropelo", afirmou.

10,67%

FOI A INFLAÇÃO ACUMULADA EM 2022/2023, SEGUNDO O SINFAZFISCO-MG

Magalhães se referiu ao PL 2238/2024, que aumenta em 81,7% o piso e o teto da contribuição do funcionalismo ao Ipsemg, e ao 2239/2024, que amplia o desconto nos salários de policiais e bombeiros de 10,5% para 13,5% para financiar o IPSM, além de diminuir a contribuição do estado de 16% para 1,5%.

PROTESTOS

A tramitação na FFO contou com adesão menor de servidores ontem. Segundo representantes de sindicatos e entidades de classe ouvidos pela reportagem na ALMG, as categorias prepararam atos em várias regiões do estado para os próximos dias. A dispersão dos protestos também faz parte da estratégia das forças de segurança, categoria majoritária nos atos durante a tramitação do PL 2309/2024.

O grupo reforça a adesão à estrita legalidade, modo de trabalho em que os servidores reduzem a atuação ao mínimo exigido na legislação e não fazem operações especiais ou com instrumentos considerados obsoletos ou sem manutenção. A ideia é pressionar prefeitos para alertar sobre o risco de uma ação reduzida dos agentes, conforme anunciado à reportagem pelo presidente da Associação dos Praças Policiais e dos Bombeiros Militares de Minas Gerais (Aspra-MG), o subtenente Heder.

A indignação com a proposta de 3,62% se soma às reivindicações anteriores de bombeiros, agentes socioeducativos e policiais penais, civis e militares. Em 2020, após negociações com a categoria, Zema enviou à Assembleia um projeto de recomposição salarial aos servidores da segurança pública dividida em uma parcela de 13% e duas de 12%.

A Assembleia aprovou o projeto, que foi enviado de volta ao Executivo. Zema então aprovou apenas o pagamento da primeira parcela e vetou as restantes. Desde então, o cumprimento do acordo é reclamado pela categoria, que faz manifestações recorrentes, especialmente, nos últimos dois anos. O sargento da PM Marco Antônio Bahia, vice-presidente da Aspra, fez parte dos protestos na Assembleia ontem. Segundo ele, a categoria está mobilizada para aderir a atos sempre que o PL 2309/2024 for pautado na Casa. Ele destaca que, se não houver sinalização de mudanças na proposta de reajuste, o movimento de estrita legalidade das forças de segurança pode progredir para um aquartelamento.

"A PM está um barril de pólvora prestes a explodir. Na próxima semana, se realmente a gente não tiver sinalização de reajuste, ao menos de 10%, teremos grande mobilização em Minas Gerais, em todas as cidades polo. Pode haver paralisação generalizada, talvez um aquartelamento", afirmou. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.